

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.550 - PE (2019/0169081-6)

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PROCURADORE** : AMANDA REBECA MORAIS EMERY COSTA E OUTRO(S) -  
S PE024333  
MAURO DE MOURA LEITE - PE029753  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 181/183):

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO QUETIAPINA 100mg ENQUANTO NECESSÁRIO AO TRATAMENTO DE TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR (CID-F31). HIPOSSUFICIÊNCIA DA PARTE COMPROVADA. ARTIGO 196 DA CF/88 E SÚMULA 18 DO TJPE. DEVER DO ESTADO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DO POSSÍVEL. PEDIDOS DE DIMINUIÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA REJEITADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A decisão monocrática guerreada se encontra inteiramente esteada no entendimento de que, à luz do que preceitua o art. 196 da CF/88 e do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

2. O enunciado da Súmula 18 do TJPE estabelece que o fato do medicamento requerido não fazer parte da lista de dispensação excepcional elaborada pelo Ministério da Saúde, não isenta o Poder Público do seu dever de fornecimento gratuito, quando comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se orifício de esvaziamento da garantia constitucional insculpida no art. 196 da CF/88, pois bastaria não listar o medicamento para desobrigar-se do ônus de cobrir o seu custo.

3. Constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida.

4. Impende ressaltar, ainda, que as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada Teoria da Reserva do Possível, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão somente a garantir um mínimo existencial, em respeito ao já mencionado princípio da dignidade da pessoa humana.

5. No caso em comento, a representada é portadora de TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR (CID-F31), necessitando do fármaco QUETIAPINA 100mg, na forma prescrita por profissional habilitado. Na hipótese, verifico que a pretensão da parte agravada encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a existência da enfermidade e a necessidade

# Superior Tribunal de Justiça

do medicamento pleiteado que foi indicado por médico especialista, razão pela qual não merece guarida o questionamento do agravante a respeito da eficácia do medicamento indicado.

6. Com vistas à efetivação da determinação judicial concedida, o togado singular fixou astreintes em R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia descumprimento, valor esse no qual não vislumbro qualquer espécie de desproporcionalidade, conforme quer fazer crer o agravante, ou abusividade que o macule, pois é cediço que o montante da multa deve ser suficiente para reprimir eventual intenção de descumprimento do provimento judicial, se fazendo, assim, em um instrumento necessário para que a decisão não fique inócua em virtude da condição do agravado que luta pela vida ao combater doença maligna. Logo, à multa diária aplicada pelo juízo de piso se mostra razoável em função da gravidade da doença que acomete o paciente ora agravado, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria a sua aplicabilidade em casos análogos.

7. Agravo interno desprovido por unanimidade dos votos.

Aclaratórios conhecidos tão somente para fins de prequestionamento (e-STJ fls. 207/216).

No especial obstaculizado, o ora agravante apontou violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) art. 537 do Código de Processo Civil de 2015, porque a fixação da multa diária em R\$ 1.000,00 (mil reais) não se mostra proporcional com a obrigação imposta e não observa as noções de equidade que devem pautar as decisões judiciais, devendo ser reduzida;

(b) art. 485, VI, do CPC/2015, em virtude da ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública, visando ao fornecimento de medicação a pessoa específica.

Aduz a necessidade de sobrestamento do feito até o julgamento do Tema Repetitivo 766, cuja questão submetida a julgamento diz respeito à legitimidade *ad causam* do *Parquet* para pleitear, em demandas contendo beneficiários individualizados, tratamento de saúde ou medicação.

Depois de contra-arrazoado, o Tribunal de origem negou seguimento ao apelo nobre, em relação à ilegitimidade passiva do Ministério Público, diante da sua conformidade à tese firmada no Tema 766 desta Casa de Justiça e, quanto ao mais, inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 257/260).

Na presente irresignação, o agravante alega que a Corte *a quo*, ao avançar no exame do mérito do apelo especial, teria extrapolado os limites de sua competência, acentuando que o recurso obstado atende aos pressupostos para a sua admissão quanto à alegação de desproporcionalidade do valor da multa diária (e-STJ fls. 267/273).

Contraminuta às e-STJ fls. 278/281.

O Ministério Público Federal opina pelo não provimento do

# Superior Tribunal de Justiça

agravo em recurso especial (e-STJ fls. 294/299).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Dito isso, cumpre ressaltar que o Tribunal de origem, ao examinar os pressupostos de admissibilidade do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou dispositivo de lei federal ou negou-lhe vigência, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia, não havendo se falar, portanto, em usurpação da competência desta Corte de Justiça.

Quanto à suposta ofensa ao art. 485, VI, do CPC/2015, registro que a Primeira Seção, ao julgar os REsp 1.681.690/SP e 1.682.836/SP, submetidos a sistemática de recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que "o Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público)" (Tema 766).

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, em consonância com a jurisprudência desta Casa de Justiça, no julgamento do RE 605.533 (Tema 262), firmou a tese de que "o Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise ao fornecimento de remédios a portadores de certa doença" (DJe 15/08/2018).

Nesse contexto, encontrando-se o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Suprema Corte, aplica-se, quanto ao ponto, o óbice da Súmula 83 do STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", que é cabível quando o recurso especial é interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Quanto ao mérito, o Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que, em regra, não é cabível, na via especial, a revisão do valor multa cominatória (*astreintes*), ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7 do STJ.

Somente em casos excepcionais, quando a quantia arbitrada se mostrar exorbitante ou insignificante, em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, admite-se rever o total da multa diária aplicada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MULTA DIÁRIA (ASTREINTES) FIXADA COM O OBJETIVO DE ASSEGURAR O

FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. VALOR DA MULTA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que "a tese recursal defendida no apelo nobre não questiona a aplicação das astreintes, mas apenas o valor da multa diária estabelecida. Logo, houve preclusão do debate sobre cabimento da medida, restando apenas o questionamento a respeito da correção do quantum, matéria não abarcada pela afetação do REsp 1.474.665/RS" (AgInt no AREsp 900.872/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 14.11.2016).

2. A jurisprudência do STJ pacificou o entendimento de que a apreciação dos critérios previstos na fixação de astreintes implica reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso.

3. In casu, o Tribunal de Justiça assentou que o valor da multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), é razoável, "porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente que está com perda visual e que se não tratado corretamente, pode ocasionar cegueira, bem como que este pessoa não tem condições financeiras para custear o tratamento"(fl. 127, e-STJ). Assim, não se mostra excessiva, a ensejar a sua revisão pelo STJ, nos termos da sua Súmula 7.

4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.662.614/PE, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 20/06/2017).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. O SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DE PROCESSOS EM FACE DE RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) SE APLICA APENAS AOS TRIBUNAIS DE SEGUNDA INSTÂNCIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. CABIMENTO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA, CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO VALOR ARBITRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Corte Especial firmou entendimento de que o comando legal que determina a suspensão do julgamento de processos em face de recurso repetitivo, nos termos do art. 543-C do CPC, somente é dirigido aos Tribunais de segunda instância, e não abrange os recursos especiais já encaminhados ao STJ.

2. O entendimento adotado pela Corte de origem não destoia da jurisprudência do STJ, segundo a qual é cabível a cominação de multa contra a Fazenda Pública por descumprimento de obrigação de fazer. No caso em tela, a apreciação dos critérios previstos no art. 461 do CPC para a fixação de seu valor demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante.

3. Na hipótese, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) não se mostra excessivo, a ensejar a sua revisão por esta Corte Superior, especialmente por se tratar de hipótese de fornecimento de medicamentos e tratamento de saúde.

4. Agravo Regimental da União Federal a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 730.021/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 23/09/2015).

No caso, o Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública, visando compelir o ente político ao fornecimento da medicação pleiteada para o tratamento da substituída, diagnosticada com transtorno mental grave.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Julgada procedente da demanda (e-STJ fls. 89/95), o Tribunal *a quo* manteve o valor da multa diária, na hipótese de descumprimento da decisão judicial, ao seguinte fundamento (e-STJ fl. 189):

Com vistas à efetivação da determinação judicial concedida, o togado singular fixou astreintes em R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia descumprimento, valor esse no qual não vislumbro qualquer espécie de desproporcionalidade, conforme quer fazer crer o agravante, ou abusividade que o macule, pois é cediço que o montante da multa deve ser suficiente para reprimir eventual intenção de descumprimento do provimento judicial, se fazendo, assim, em um instrumento necessário para que a decisão não fique inócua em virtude da condição do agravado que luta pela vida ao combater doença maligna.

Logo, à multa diária aplicada pelo juízo de piso se mostra razoável em função da gravidade da doença que acomete o paciente ora agravado, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria a sua aplicabilidade em casos análogos.

Já quanto a irrisignação do agravante referente ao exíguo tempo para o cumprimento da decisão, também não vislumbro razões para o seu acolhimento, pois a medida pugnada pela parte agravada se revela urgente dada a situação de gravidade do quadro clínico apresentado, não sendo razoável a espera por planejamentos estatais, pois a burocracia inerente à Fazenda Pública não pode se sobrepor ao direito à vida e à saúde do cidadão.

Nesse contexto, sobretudo diante do direito tutelado nos autos (preservação da saúde) e da alegação de urgência em face da gravidade do quadro clínico, não se vislumbra flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo certo que a pretensão do agravante demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório constante dos autos, providência que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator